ERRATA**PORTARIA Nº 230 DE 13 DE JULHO DE 2023 - PUBLICADO NO DOE Nº 35.471 EM 14/07/2023 PROTOCOLO: 962590**

Onde se lê: DESIGNAR, o servidor CARLOS JORGE MARTINS BRAZ, matrícula nº 13170/1, ocupante do cargo de Agente de Atividades Agropecuárias, para atuar como Fiscal Titular e ANTONIO JORGE QUINDERE FERREIRA, matrícula nº 23230/1, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, para atuar como Fiscal Suplente do Contrato nº 36/2023 – SEDAP, celebrado com o BENEDITO DUTRA LUZ DE SOUZA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.260.405/0001-59.

Leia-se: DESIGNAR, o servidor ANTONIO JORGE QUINDERE FERREIRA, matrícula nº 23230/1, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, para atuar como Fiscal Titular e CARLOS JORGE MARTINS BRAZ, matrícula nº 13170/1, ocupante do cargo de Agente de Atividades Agropecuárias, para atuar como Fiscal Suplente do Contrato nº 36/2023 – SEDAP, celebrado com o BENEDITO DUTRA LUZ DE SOUZA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.260.405/0001-59.

Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ.

Protocolo: 964594

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO. JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO CONFORME A NOS TERMOS DA LEI Nº. 13.019/14 E DECRETO ESTADUAL Nº. 1.835/2017.

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE FERNANDES BELO (ADCFB)

CNPJ N.º: 08.689.195/0001-30

ENDEREÇO: Avenida Nossa Senhora da Conceição S/N
CIDADE/ESTADO: VISEU-PA CEP: 68620-000

OBJETO: Realizar manejo e recuperação florestal no Marajó, com enfoque no município de Cachoeira do Arari e demais circunvizinhos, com enfoque na cultura do açaí

VIGÊNCIA: 6 (seis) meses

INÍCIO: JULHO/2023 TÉRMINO: DEZEMBRO/2023

RESUMO DOS INVESTIMENTOS PROPOSTO

SEDAP: R\$: R\$ 1.800.000,00

CONTRAPARTIDA: R\$: 1.835.000,00

TOTAL GERAL: R\$: R\$1.990.000,00

JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE: Considerando a manifestação jurídica, apresentada nos autos do processo sob n.º 2023/749217, em atenção ao termo de fomento, através de demanda parlamentar, com a entidade, ora a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Fernandes de Belo - ADCFB, sem fins lucrativo, onde se tem como projeto o objeto de MANEJO E ENRIQUECIMENTO FLORESTAL COMUNITÁRIO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, onde a presente entidade já vem acompanhando as ações desenvolvidas no município do Arquipélago do Marajó, tendo sua natureza singular, que permite a captação de recurso, uma vez, que está Associação, já se encontra inserida nessas comunidades, e irá desenvolver a seara educacional e de assistência social com o presente projeto. Importante ainda destacar que a Associação (ADCFB), possui potencialidade de suas ações em nível nacional, permitindo assim, desempenhar experiência e desenvolvimento social junto à comunidade atendida, o que inviabiliza a competição com as demais organizações da sociedade civil.

BELÉM/PA, 18 DE JULHO DE 2023.

GIOVANNI CORREA QUEIROZ

SECRETÁRIO DA SEDAP

ORDENADOR DE DESPESA

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO CONFORME A NOS TERMOS DA LEI Nº. 13.019/14 E DECRETO ESTADUAL Nº. 1.835/2017.

CONVENIENTE: POLO DE PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E USO SUSTENTÁVEL OS RECURSOS NATURAIS - POLOPROBIO

CNPJ N.º: 04.858.245/0001-05

ENDEREÇO: Alameda Fabio Miranda, 937

CIDADE/ESTADO: Castanhal - Pará CEP: 68742-431

OBJETO: Projeto Marajó Sustentável - Reativação de Seringais Nativos no Arquipélago Do Marajó, nos Municípios De Melgaço E Anajás.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

INÍCIO: JULHO /2023 TÉRMINO: JULHO/2024

RESUMO DOS INVESTIMENTOS PROPOSTO

SEDAP: R\$: 1.119.200,00 (um milhão, cento e noventa mil e duzentos reais).

CONTRAPARTIDA:

POLOPROBIO: R\$: 35.840,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais)

TOTAL GERAL: 1.155.040,00 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil e quarenta reais).

JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE: Apresentada no processo protocolado sob n.º 2023/379005, expedido pela POLO DE PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E USO SUSTENTÁVEL OS RECURSOS NATURAIS – POLOPROBIO, onde o presente projeto “Reativação dos Seringais Nativos do Marajó nos Municípios de Melgaço e Anajás” dentro do Programa “Marajó Sustentável”, atingindo um total de 3.320 famílias de seringueiros e ribeirinhos a partir da qualificação e aparelhamento de um grupo inicial de 320 seringueiros multiplicadores, conforme a patente de tecnologias sociais de nº PI0304424-6, cujo o título é o processo de fabricação de mantas emborrachadas a partir do látex vegetal pré vulcanizada.

BELÉM, PA 11 DE JULHO DE 2023.

GIOVANNI CORREA QUEIROZ

SECRETÁRIO DA SEDAP

ORDENADOR DE DESPESA

Protocolo: 964589

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

EXTRATO DA(S) PORTARIA(S) DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDA(S) PELO ILMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA (COMPRA) DE TERRAS, EM QUE FIGURA COMO INTERESSADO:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2022/1326708	JOSÉ SEBASTIÃO SOARES	FAZENDA SOL NASCENTE	181,5470 HA	MOJU	593/2023
2016/233501	LAZARO BASÍLIO DA SILVA	FAZENDA MARÉ MANSA	898,3777 HA	SÃO FÉLIX DO XINGU	596/2023

Belém(Pa), 18/07/2023

Flavio Ricardo Albuquerque Azevedo

Respondendo pela Presidência

PORTARIA Nº 013/2019

Protocolo: 964323

PORTARIA Nº 592, DE 18 DE JULHO DE 2023

O Presidente do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, alíneas “g” e “k” da Lei Estadual n. 4.584, de 08 de outubro de 1975, e

CONSIDERANDO que o Decreto – Lei n. 2.375, de 24 de novembro de 1987, atribui expressamente aos Estados-membros a faculdade de promover a arrecadação de terras públicas devolutas de seu domínio, observando, no que couberem, as disposições do art. 28 da Lei n. 6.383, de 07 de dezembro de 1976;

CONSIDERANDO que o Instituto de Terras do Pará – ITERPA é o Órgão executor da política fundiária do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras devolutas, a teor do art. 2º da Lei n. 4.584/75, cabendo-lhe, assim, dentre outras atribuições, a de extremar o patrimônio público do particular;

CONSIDERANDO que a Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário – DEAF, do ITERPA, em conformidade com os dados e mapas cadastrais do Instituto, constatou o domínio do Estado do Pará sobre Terras Devolutas localizadas no Município de Salinópolis, abrangendo uma área de 16,3199 ha;

CONSIDERANDO por último, tudo o que consta do Processo Administrativo autuado no ITERPA sob o nº 2023/547802.

RESOLVE:

I – ARRECADAR, a área de Terras Devolutas, incorporando-a ao Patrimônio do Estado do Pará, incluídas na poligonal com 16,3199 ha (dezesseis hectares, trinta e um ares e noventa e nove centiares), denominada GLEBA RIO SAMPAIO, localizada no Município Salinópolis, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes no Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA, nos seguintes termos: Partindo do marco M-001, de coordenada N = 9.929.510,22m e E = 243.907,28m; deste, segue confrontando com a Área de Mangue do Rio Sampaio, com a seguinte distância 49,61 m e azimute plano 117º34'01” até o marco M-002, de coordenada N = 9.929.487,26m e E = 243.951,26m; 136,64 m e azimute plano 117º34'06” até o marco M-003, de coordenada N = 9.929.424,02m e E = 244.072,39m; 18,04 m e azimute plano 98º19'08” até o marco M-004, de coordenada N = 9.929.421,41m e E = 244.090,24m; 12,02 m e azimute plano 122º57'00” até o marco M-005, de coordenada N = 9.929.414,87m e E = 244.100,33m; deste, segue confrontando com o Limite da Gleba Estadual “Sem Denominação, Matriculada sob o nº 6.421, às Folhas nº 277, do Livro nº 2-Q”, com a seguinte distância 43,89 m e azimute plano 207º00'32” até o marco M-006, de coordenada N = 9.929.375,77m e E = 244.080,40m; 414,37 m e azimute plano 148º42'43” até o marco M-007, de coordenada N = 9.929.021,66m e E = 244.295,60m; 37,19 m e azimute plano 149º41'29” até o marco M-008, de coordenada N = 9.928.989,55m e E = 244.314,37m; deste, segue confrontando com a Área de Mangue do Rio Sampaio, com a seguinte distância 154,46 m e azimute plano 286º47'54” até o marco M-009, de coordenada N = 9.929.034,19m e E = 244.166,50m; 237,75 m e azimute plano 253º38'21” até o marco M-010, de coordenada N = 9.928.967,22m e E = 243.938,38m; deste, segue confrontando com o Limite do imóvel de propriedade de Armênio Sousa, com a seguinte distância 51,58 m e azimute plano 275º55'54” até o marco M-011, de coordenada N = 9.928.972,55m e E = 243.887,08m; 158,66 m e azimute plano 335º28'30” até o marco M-012, de coordenada N = 9.929.116,90m e E = 243.821,22m; deste, segue pela Faixa de Domínio pela Margem Direita (sentido sudoeste-nordeste) do Ramal da América, com a seguinte distância 76,78 m e azimute plano 21º03'01” até o marco M-013, de coordenada N = 9.929.188,56m e E = 243.848,80m; 9,07 m e azimute plano 317º43'35” até o marco M-014, de coordenada N = 9.929.195,27m e E = 243.842,70m; deste, segue confrontando com Terras Devolutas do Estado, com a seguinte distância 131,63 m e azimute plano 318º58'03” até o marco M-015, de coordenada N = 9.929.294,56m e E = 243.756,29m; deste, segue confrontando com a Área de Mangue do Rio Sampaio, com a seguinte distância 257,48 m e azimute plano 34º59'48” até o marco M-016, de coordenada N = 9.929.505,48m e E = 243.903,96m; 5,79 m e azimute plano 35º00'30” m até o marco M-001, ponto inicial da descrição deste perímetro.